



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XX/2024

### - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 1/2024 -

O **CONSELHO FEDERAL DE TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT**, com sede no SCS Quadra 2, Bloco D, Ed. Oscar Niemeyer, 3º e 9º andar, Brasília, DF, inscrito no CNPJ nº 30.871.497/0001-84, neste ato representado por seu presidente **XXXXXXXXXX**, portador da carteira de identidade nº **XXXXXXXXXX** e do CPF nº **XXXXXXXXXX**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Administrativo n.º **11/2024**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa beneficiária **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, localizada na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, representada por **XXXXXXXXXX**, e em conformidade com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações, no decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, com as disposições a seguir:

#### 1 - DO OBJETO

- 1.1** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de Licenças de softwares, conforme abaixo descrito e especificado(s) no **Edital de Pregão nº 1/2024 e Termo de Referência**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2 - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1** O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Quantidade Registrada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)

- 2.2** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3 – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1** O órgão gerenciador será o Conselho Federal dos Técnicos Industriais.

#### 4 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1** Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

#### 5 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1.** Após homologado o resultado deste Pregão, o CFT convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de **5 (cinco) cinco úteis** de sua convocação.

- 5.1.1** O prazo de convocação de que trata o item 5.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.



**5.1.2** O CFT poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 5.1.

**5.2.** A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

**5.2.1** O registro das demais licitantes a que se refere o item 5.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e o inciso II do art. 18 do Decreto Federal nº 11.462/2023 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

**5.2.2** Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 5.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

**5.3. Os registros se farão da seguinte forma:**

**5.3.1** Na ARP os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

**5.3.2 No anexo da ARP:**

**5.3.2.1** Os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada, estabelecendo inclusive a ordem de classificação.

**5.3.2.2** Os preços e quantitativos das licitantes que mantiveram sua proposta original.

**5.3.3** Para fins da ordem de classificação, as licitantes de que trata o subitem 5.3.2.1 antecederão aqueles de que trata o subitem 5.3.2.2.

**5.3.4** Se houver mais de uma licitante nas situações do subitem 5.3.2, serão registradas segundo a ordem de classificação observada na fase competitiva.

**5.4** No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

**5.4.1** A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada de que trata o subitem 5.3.2.1 antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 5.3.2.2.

**5.4.2** A convocação das licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 5.3.2.2, observada a ordem de classificação, será para negociação com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário.

**5.4.3** Se as negociações com todas as licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta forem frustradas, a Administração poderá, observada a ordem de classificação, contratar nas condições inicialmente ofertadas.

**5.5** A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.



**5.5.1** A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

**5.6** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

## **6 – DA VALIDADE E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.** A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão **será de 1 (um) ano** contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

**6.2.** Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

**6.3.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro

**6.3.1** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**6.4.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.4.1** O instrumento contratual de que trata o item 6.5 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**6.5.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **7 – DAS ALTERAÇÕES, NEGOCIAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** Durante a vigência da ARP, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 25 a 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023, que poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

**7.1.1** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 7.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

**7.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução do preço registrado.

**7.3.** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado





do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

- 7.3.1** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**7.4.** Os preços das contratações decorrentes da Ata, no caso de prorrogação, poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data de celebração do ajuste, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

## **8 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**

**8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**8.2.** O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na ARP, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- 8.2.1** a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

- 8.2.2** por iniciativa do CFT, quando:

- 8.2.2.1** o fornecedor:

**8.2.2.1.1** não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**8.2.2.1.2** perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

**8.2.2.1.3** deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**8.2.2.1.4** não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**8.2.2.2** configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

**8.2.2.3** caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

**8.2.3** Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o CFT formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

**8.3.** A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- 8.3.1.1** por extinção da totalidade do seu objeto; e

- 8.3.1.2** quando não restarem fornecedores registrados.



## 9 – DAS PENALIDADES

- 9.1** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência e Edital.
- 9.1.1** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 9.2** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 9.3** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 10 - CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1** As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições não previstas nesta ata, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.
- 10.2** Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Brasília, xxx de xxx de xxxxx.

**CONSELHO FEDERAL DE TÉCNICOS INDUSTRIAIS**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Presidente**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**REPRESENTANTE**

**CPF: XXX.XXX.XXX-XX**

**Sócio Proprietário**



**Anexo a Ata nº xx/20xx**

**CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitará, cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representantes)						
X	Especificação	Marca	Modelo	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor total R\$

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representantes)						
X	Especificação	Marca	Modelo	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor total R\$